

Câmara vai avaliar pedido de impeachment de Pitta

Para autor da solicitação, prefeito cometeu "crime de responsabilidade" ao deixar de cobrar precatório

A Câmara Municipal iniciou ontem a análise do pedido de impeachment apresentado na semana passada pelo presidente da Associação Brasileira de Advogados de Credores da Administração Pública (Abracap), José Mário Pimentel de Assis Moura, contra o prefeito Celso Pitta (sem partido). O pedido foi lido ontem em plenário pelo presidente da Câmara, Armando Mellão (sem partido), e encaminhado para a Comissão de Justiça, que deverá avaliá-lo, a fim de esclarecer uma dúvida legal.

Mellão admitiu que existe um conflito entre o Decreto-Lei n.º 201/67 e a Lei Orgânica da Câmara (LOM). O decreto-lei estabelece que o processo de cassação seja iniciado por comissão composta por três membros, sem análise do mérito da denúncia, conforme prevê a LOM. Pela Constituição do Município, a denúncia tem de ser analisada por comissão especial composta por sete vereadores.

A Comissão de Justiça tem prazo de 48 horas para emitir um parecer sobre a questão. O prazo de entrega do parecer sobre a denúncia – favorável ou não – é de dez dias. Depois, a decisão é submetida ao plenário. Se o parecer for favorável à denúncia, a proposta tem de ser aprovada por pelo menos 33 vereadores.

Aprovada a denúncia, o processo é iniciado. A cassação do prefeito tem de ser votada por pelo menos 37 vereadores e, se o processo

não for concluído em 90 dias, será automaticamente arquivado.

Assis Moura apresentou o pedido sob o argumento de que Pitta teria sido "omisso" e cometido "crime de responsabilidade", por não ter exigido na Justiça o pagamento de um precatório – dívida cujo pagamento é determinado pela Justiça – devido pelo governo estadual. O valor é estimado em R\$ 200 milhões. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fiscais, José Eduardo Martins Cardozo (PT), propôs à CPI requisitar o processo que originou o precatório.

Cardozo quer analisar os documentos, para ver se há conexão com o objeto de investigação da CPI. A votação foi adiada para amanhã, pois os governistas que integram a comissão pediram "tempo" para analisar o requerimento.

O secretário dos Negócios Jurídicos, Edivaldo Brito, afirmou, recentemente, que a dívida do Estado com a Prefeitura não foi cobrada porque ainda está sendo discutida na Justiça. Segundo Brito, há dúvidas quanto ao valor a ser pago e,

mesmo assim, a responsabilidade direta não é do prefeito, mas sim dele, que é o secretário municipal responsável pelo tema.

Reunião – O secretário de Governo Municipal, Carlos Augusto Meinberg, reuniu-se ontem com os vereadores da bancada governista na Câmara. Segundo Meinberg, foi discutido apenas o saneamento financeiro da Prefeitura, a moralização administrativa diante das recentes denúncias de corrupção e o empenho do governo em dar prioridade a ações sociais até o fim do mandato do prefeito. (F.M.)

ESTADO DEVE
À PREFEITURA
CERCA DE
R\$ 200 MILHÕES